

Comentário à sentença de Mons. Miroslav Konštanc Adam, O.P., de 14 de Janeiro de 2021

Commentary on the sentence of Mons. Miroslav Konštanc Adam, O.P., of January 14, 2021

Vincenzo Fasano¹

Português

A vida cristã é uma luta permanente. Requer-se força e coragem para resistir às tentações do demônio. Não se trata apenas de uma luta contra o mundo e a mentalidade mundana, que nos engana, atordoa e torna medíocres sem empenhamento e sem alegria. Nem se reduz a uma luta contra a própria fragilidade e as próprias inclinações (cada um tem a sua: para a preguiça, a luxúria, a inveja, os ciúmes, etc.). Mas é também uma luta constante contra o demônio, que é o príncipe do mal. Não admitiremos a existência do demônio, se nos obstinarmos a olhar a vida apenas com critérios empíricos e sem uma perspectiva sobrenatural. A convicção de que este poder maligno está no meio de nós é precisamente aquilo que nos permite compreender por que, às vezes, o mal tem uma força destruidora tão grande. É

¹ Professor da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe, Advogado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, Postulador para as Causas dos Santos e Advogado nos Tribunais do Estado da Cidade do Vaticano (Tribunal, Corte de Apelo e Cassação).

verdade que os autores bíblicos tinham uma bagagem conceitual limitada para expressar algumas realidades e que, nos tempos de Jesus, podia-se confundir, por exemplo, uma epilepsia com a possessão do demônio. Mas isto não deve levar-nos a simplificar demasiado a realidade afirmando que todos os casos narrados nos Evangelhos eram doenças psíquicas e que, em última análise, o demônio não existe ou não intervém. O poder de Satanás não é infinito. Satanás é uma simples criatura, poderosa pelo fato de ser puro espírito, mas, de qualquer modo, criatura: impotente para impedir a edificação do Reino de Deus. Embora Satanás exerça no mundo a sua ação, por ódio contra Deus e o seu reinado em Jesus Cristo, e embora a sua ação cause graves prejuízos -de natureza espiritual e indiretamente, também, de natureza física- a cada homem e à sociedade, essa ação é permitida pela divina Providência, que com força e suavidade dirige a história do homem e do mundo. A permissão divina da atividade diabólica é um grande mistério, mas «nós sabemos que tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus» (Rm 8, 28) [Sentença, §§ 3-6].

A íntima comunidade da vida e do amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio da aliança matrimonial, eu seja pelo irrevogável consentimento pessoal. Deste modo, por meio do ato humano com o qual os cônjuges mutuamente se dão e recebem um ao outro, nasce uma instituição também à face da sociedade, confirmada pela lei divina. Em vista do bem tanto dos esposos e da prole como da sociedade, este sagrado vínculo não está ao arbítrio da vontade humana, porque o próprio Deus é o autor do matrimônio, o qual possui diversos bens e fins (cf. Concilium Vaticanum II, Const. past. *Gaudium et spes*, en *Acta Apostolicae Sedis* 58 [1966], p. 1067, n. 48). Origina o matrimônio o consentimento entre pessoas hábeis por direito, legitimamente manifestado. Ele é o ato humano da vontade pelo qual o homem e a mulher, por pacto irrevogável, se entregam e recebem mutuamente, a fim de constituírem o matrimônio (cf. can. 1057 C.I.C.). De fato, Santo

Tomás de Aquino recorda que: «Das ações feitas pelo homem só se chamam propriamente humanas as que lhe são próprias, enquanto homem. Ora, este difere das criaturas irracionais, por ser senhor dos seus atos. Por onde, chamam-se propriamente ações humanas só aquelas de que o homem é senhor. Ora, senhor das suas ações o homem o é pela razão e pela vontade, sendo por isso o livre arbítrio chamado à «faculdade da vontade e da razão». Portanto, chamam-se ações propriamente humanas as procedentes da vontade deliberada; e se há outras que convêm ao homem, essas podem, por certo, chamar-se ações do homem, mas não propriamente humanas, pois não procedem dele como tal. Ora, é manifesto que todas as ações procedentes de uma potência são por esta causadas, quanto à essência do objeto mesmo delas. E como o objeto da vontade é o fim e o bem, necessário é tendam todas as ações humanas para um fim» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., em Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentença, § 7].

O cân. 1095 do Código de Direito Canônico prevê que «São incapazes de contrair matrimônio: 1.º os que carecem do uso suficiente da razão; 2.º os que sofrem de defeito grave de discricção do juízo acerca dos direitos e deveres essenciais do matrimônio, que se devem dar e receber mutuamente; 3.º os que por causas de natureza psíquica não podem assumir as obrigações essenciais do matrimônio». A Igreja e, por conseguinte, a lei canônica reconhecem a todo o homem a faculdade de contrair matrimônio (cf. cân. 1058); uma faculdade, entretanto, que só pode ser exercida por aqueles «*qui iure non prohibentur*». Tais são, em primeiro lugar, aqueles que têm uma suficiente maturidade psíquica na dúplici componente intelectual e volitiva, juntamente com a capacidade de cumprir os ônus essenciais da instituição matrimonial (cf. cân. 1095) [Sentença, §§ 8-9].

Neste sentido, a capacidade deve ser posta em relação com o que é essencialmente o matrimônio, isto é, «a íntima comunhão de vida e de amor conjugal, fundada pelo Criador e estruturada com leis próprias» (Conc. Ecum. Vat. II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 48), e, de modo

particular, com as obrigações essenciais a ela inerentes, que devem ser assumidas da parte dos esposos (cân. 1095, n. 3). Esta capacidade não é medida em relação a um determinado grau de realização existencial ou efetiva da união conjugal mediante o cumprimento das obrigações essenciais, mas em relação à vontade eficaz de cada um dos contraentes, que torna possível e concreta tal realização já no momento do pacto nupcial. Portanto, o discurso sobre a capacidade ou incapacidade tem sentido na medida em que se refere ao próprio ato de contrair matrimônio, porque o vínculo posto em prática pela vontade dos esposos constitui a realidade jurídica da *una caro* bíblica, cuja válida subsistência não depende do sucessivo comportamento dos cônjuges ao longo da vida matrimonial [Sentença, §§ 10-12].

Para que o juiz atinja a certeza moral prevista no cân. 1608, § 1, C.I.C., entre os vários meios de prova disponíveis, um papel fundamental pertence ao perito, cuja tarefa é detectar a condição psíquica das partes no momento do casamento, através das teorias e metodologias típicas da disciplina própria, e de acordo com uma antropologia cristã saudável [Sentença, § 13].

Italiano

La vita cristiana è un combattimento permanente. Si richiedono forza e coraggio per resistere alle tentazioni del diavolo. Non si tratta solamente di un combattimento contro il mondo e la mentalità mondana, che ci inganna, ci intontisce e ci rende mediocri, senza impegno e senza gioia. Nemmeno si riduce a una lotta contro la propria fragilità e le proprie inclinazioni (ognuno ha la sua: la pigrizia, la lussuria, l'invidia, le gelosie, e così via). È anche una lotta costante contro il diavolo, che è il principe del male. Non ammetteremo l'esistenza del diavolo se ci ostiniamo a guardare la vita solo con criteri empirici e senza una prospettiva soprannaturale. Proprio la convinzione che questo potere maligno è in mezzo a noi, è ciò che ci permette di capire perché a volte il male ha tanta forza distruttiva. È

vero che gli autori biblici avevano un bagaglio concettuale limitato per esprimere alcune realtà e che ai tempi di Gesù si poteva confondere, ad esempio, un'epilessia con la possessione demoniaca. Tuttavia, questo non deve portarci a semplificare troppo la realtà affermando che tutti i casi narrati nei vangeli erano malattie psichiche e che in definitiva il demone non esiste o non agisce. La potenza di Satana non è infinita. Egli non è che una creatura, potente per il fatto di essere puro spirito, ma pur sempre una creatura: non può impedire l'edificazione del regno di Dio. Sebbene Satana agisca nel mondo per odio contro Dio e il suo regno in Cristo Gesù, e sebbene la sua azione causi gravi danni -di natura spirituale e indirettamente anche di natura fisica- per ogni uomo e per la società, questa azione è permessa dalla divina provvidenza, la quale guida la storia dell'uomo e del mondo con forza e dolcezza. La permissione divina dell'attività diabolica è un grande mistero, ma «noi sappiamo che tutto concorre al bene di coloro che amano Dio» (Rm 8,28) [Sentenza, §§ 3-6].

L'intima comunità di vita e d'amore coniugale, fondata dal Creatore e strutturata con leggi proprie, è stabilita dall'alleanza dei coniugi, cioè dall'irrevocabile consenso personale. È dall'atto umano col quale i coniugi mutuamente si danno e si ricevono, che nasce, anche davanti alla società, l'istituzione del matrimonio, che ha stabilità per ordinamento divino. In vista del bene dei coniugi, della prole e anche della società, questo legame sacro non dipende dall'arbitrio dell'uomo, perché è Dio stesso l'autore del matrimonio, dotato di molteplici valori e fini (cf. Concilium Vaticanum II, Const. past. *Gaudium et spes*, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 [1966], p. 1067, n. 48). L'atto che costituisce il matrimonio è il consenso delle parti manifestato legittimamente tra persone giuridicamente abili. Esso è un atto umano della volontà con cui l'uomo e la donna, con patto irrevocabile, danno e accettano reciprocamente se stessi per costituire il matrimonio (cf. can. 1057 C.I.C.). San Tommaso d'Aquino ricorda infatti che: «Tra le azioni che l'uomo compie sono dette umane in senso stretto soltanto quelle compiute dall'uomo in quanto uomo. Ora,

l'uomo si distingue dalle altre creature non razionali perché è padrone dei propri atti. Quindi, in senso stretto, si dicono umane le sole azioni di cui l'uomo ha la padronanza. D'altra parte l'uomo è padrone dei suoi atti mediante la ragione e la volontà: infatti si dice che il libero arbitrio è «una facoltà della volontà e della ragione». Quindi propriamente sono denominate umane le azioni che procedono da una volontà deliberata. Le altre azioni invece che vengono attribuite all'uomo potranno essere dette azioni dell'uomo, ma non azioni umane in senso proprio, non appartenendo esse all'uomo in quanto uomo. - Ora, tutti gli atti che procedono da una data facoltà ne derivano secondo la ragione formale del suo oggetto. Ma l'oggetto della volontà è il fine e il bene. Quindi è necessario che tutte le azioni umane siano per un fine» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., in San Tommaso d'Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentenza, § 7].

Il can. 1095 del Codice di diritto canonico prevede che «Sono incapaci a contrarre matrimonio: 1) coloro che mancano di sufficiente uso di ragione; 2) coloro che difettano gravemente di discrezione di giudizio circa i diritti e i doveri matrimoniali essenziali da dare e accettare reciprocamente; 3) coloro che per cause di natura psichica, non possono assumere gli obblighi essenziali del matrimonio». La Chiesa e, conseguentemente, la legge canonica riconoscono ad ogni uomo la facoltà di contrarre matrimonio (cf. can. 1058); una facoltà, tuttavia, che può, essere esercitata soltanto da coloro «qui iure non prohibentur». Tali sono, in primo luogo, coloro che hanno una sufficiente maturità psichica nella duplice componente intellettuale e volitiva, insieme con la capacità di adempiere gli oneri essenziali dell'istituto matrimoniale (cf. can. 1095) [Sentenza, §§ 8-9].

In questo senso, la capacità deve essere messa in relazione con ciò che è essenzialmente il matrimonio, cioè «l'intima comunione di vita e di amore coniugale, fondata dal Creatore e strutturata con leggi proprie» (Conc. Ecum. Vat. II, Cost. past. *Gaudium et spes*, n. 48), e, in modo particolare, con gli obblighi essenziali ad essa inerenti, da

assumersi da parte degli sposi (can. 1095, n. 3). Questa capacità non viene misurata in relazione ad un determinato grado di realizzazione esistenziale o effettiva dell'unione coniugale mediante l'adempimento degli obblighi essenziali, ma in relazione all'efficace volere di ciascuno dei contraenti, che rende possibile ed operante tale realizzazione già al momento del patto nuziale. Il discorso sulla capacità o incapacità, quindi, ha senso nella misura in cui riguarda l'atto stesso di contrarre matrimonio, poiché il vincolo messo in atto dalla volontà degli sposi costituisce la realtà giuridica dell'*una caro* biblica, la cui valida sussistenza non dipende dal successivo comportamento dei coniugi lungo la vita matrimoniale [Sentenza, §§ 10-12].

Affinché il giudice possa pervenire alla certezza morale prevista dal can. 1608, § 1, C.I.C., fra i diversi mezzi di prova a sua disposizione, un ruolo fondamentale spetta al perito, il cui compito è di rilevare la condizione psichica delle parti al momento della celebrazione del matrimonio, tramite le teorie e le metodologie tipiche della propria disciplina, e secondo una sana antropologia cristiana [Sentenza, § 13].

Français

La vie chrétienne est un combat permanent. Il faut de la force et du courage pour résister aux tentations du diable. Il ne s'agit pas seulement d'un combat contre le monde et la mentalité mondaine qui nous trompe, nous abrutit et fait de nous des médiocres dépourvus d'engagement et sans joie. Il ne se réduit pas non plus à une lutte contre sa propre fragilité et contre ses propres inclinations (chacun a la sienne : la paresse, la luxure, l'envie, la jalousie, entre autres). C'est aussi une lutte permanente contre le diable qui est le prince du mal. Nous n'admettons pas l'existence du diable si nous nous évertuons à regarder la vie seulement avec des critères empiriques et sans le sens du surnaturel. Précisément, la conviction que ce pouvoir malin est parmi nous est ce qui nous permet de comprendre pourquoi le mal a parfois tant de force destructrice. Les auteurs bibliques avaient certes un

bagage conceptuel limité pour exprimer certaines réalités et au temps de Jésus, on pouvait confondre, par exemple, une épilepsie avec la possession du démon. Cependant cela ne doit pas nous porter à trop simplifier la réalité en disant que tous les cas rapportés dans les Evangiles étaient des maladies psychiques et qu'en définitive le démon n'existe pas ou n'agit pas. La puissance de Satan n'est pas infinie. Il n'est qu'une créature, puissante du fait qu'il est pur esprit, mais toujours une créature : il ne peut empêcher l'édification du Règne de Dieu. Quoique Satan agisse dans le monde par haine contre Dieu et son Royaume en Jésus-Christ, et quoique son action cause de graves dommages -de nature spirituelle et indirectement même de nature physique- pour chaque homme et pour la société, cette action est permise par la divine Providence qui avec force et douceur dirige l'histoire de l'homme et du monde. La permission divine de l'activité diabolique est un grand mystère, mais « nous savons que Dieu fait tout concourir au bien de ceux qui l'aiment » (Rm 8, 28) [Sentence, §§ 3-6].

La communauté profonde de vie et d'amour que forme le couple a été fondée et dotée de ses lois propres par le Créateur ; elle est établie sur l'alliance des conjoints, c'est-à-dire sur leur consentement personnel irrévocable. Une institution, que la loi divine confirme, naît ainsi, au regard même de la société, de l'acte humain par lequel les époux se donnent et se reçoivent mutuellement. En vue du bien des époux, des enfants et aussi de la société, ce lien sacré échappe à la fantaisie de l'homme, car Dieu lui-même est l'auteur du mariage qui possède en propre des valeurs et des fins diverses (cf. Concilium Vaticanum II, Const. past. *Gaudium et spes*, en *Acta Apostolicae Sedis* 58 [1966], p. 1067, n. 48). C'est le consentement des parties légitimement manifesté entre personnes juridiquement capables qui fait le mariage. Il est l'acte humaine de la volonté par lequel un homme et une femme se donnent et se reçoivent mutuellement par une alliance irrévocable pour constituer le mariage (cf. can. 1057 C.I.C.). Saint Thomas d'Aquin rappelle en effet que: « Parmi les actions accomplies par l'homme, celles-là seules sont

appelées proprement “humaines” qui appartiennent en propre à l’homme selon qu’il est homme. Et l’homme diffère des créatures privées de raison en ce qu’il est maître de ses actes. D’où il suit qu’il faut appeler proprement humaines les seules actions dont l’homme est le maître. Mais c’est par sa raison et sa volonté que l’homme est le maître de ses actes, ce qui fait que le libre arbitre est appelé “une faculté de la volonté et de la raison”. Il n’y a donc de proprement humaines que les actions qui procèdent d’une volonté délibérée. S’il est d’autres actions qui conviennent à l’homme, on pourra les appeler des actions de l’homme, mais non pas des actions proprement humaines, puisqu’elles ne procèdent pas de l’homme en tant qu’homme. Or, il est manifeste que toute action procédant d’une puissance est produite par cette puissance selon le caractère de son objet et l’objet de la volonté c’est la fin et le bien. Il est donc nécessaire que toutes les actions humaines soient faites pour une fin» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Saint Thomas d’Aquin, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentence, § 7].

Le can. 1095 du Code de droit canonique prévoit que «Sont incapables de contracter mariage les personnes: 1° qui n’ont pas l’usage suffisant de la raison ; 2° qui souffrent d’un grave défaut de discernement concernant les droits et les devoirs essentiels du mariage à donner et à recevoir mutuellement; 3° qui pour des causes de nature psychique ne peuvent assumer les obligations essentielles du mariage». L’Eglise et, en conséquence, la loi canonique reconnaissent à tout homme la faculté de contracter mariage (cf. can. 1058) : une faculté cependant qui ne peut être exercée que par ceux «qui iure non prohibentur». Ceux-là sont, en premier lieu, ceux qui ont une maturité psychique suffisante quant à sa double composante : intelligence et volonté, en même temps que la capacité d’accomplir les devoirs essentiels de l’institution matrimoniale (cf. can. 1095) [Sentence, §§ 8-9].

Dans ce sens, la capacité doit être mise en relation avec ce qu’est essentiellement le mariage, c’est-à-dire «la communauté profonde de vie et d’amour que forme le couple [...] fondée et dotée de

ses lois propres par le Créateur» (Concile œcuménique Vatican II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 48), et, de manière particulière, avec les obligations essentielles qui lui sont inhérentes et que les époux doivent assumer (can. 1095, n. 3). Cette capacité n'est pas quantifiable par rapport à un degré déterminé de réalisation existentielle ou effective de l'union conjugale à travers l'accomplissement des obligations essentielles, mais par rapport à la volonté efficace de chacun des contractants, qui rend possible et active cette réalisation dès le moment du pacte nuptial. Le discours sur la capacité ou l'incapacité n'a donc de sens que dans la mesure où il concerne l'acte même de contracter le mariage, car le lien mis en acte par la volonté des époux constitue la réalité juridique de l'*una caro* biblique, dont la subsistance valable ne dépend pas du comportement successif des conjoints au cours de leur vie matrimoniale [Sentence, §§ 10-12].

Pour que le juge atteigne la certitude morale prévue au can. 1608, § 1, C.I.C., parmi les divers moyens de preuve à sa disposition, un rôle fondamental incombe à l'expert, chargé de détecter l'état psychique des parties au moment de la célébration du mariage, à travers les théories et les méthodologies typiques de leur discipline, et selon une anthropologie chrétienne saine [Sentence, § 13].

Español

La vida cristiana es un combate permanente. Se requieren fuerza y valentía para resistir las tentaciones del diablo y anunciar el Evangelio. No se trata solo de un combate contra el mundo y la mentalidad mundana, que nos engaña, nos atonta y nos vuelve mediocres sin compromiso y sin gozo. Tampoco se reduce a una lucha contra la propia fragilidad y las propias inclinaciones (cada uno tiene la suya: la pereza, la lujuria, la envidia, los celos, y demás). Es también una lucha constante contra el diablo, que es el príncipe del mal. No aceptaremos la existencia del diablo si nos empeñamos en mirar la vida solo con criterios empíricos y sin sentido sobrenatural.

Precisamente, la convicción de que este poder maligno está entre nosotros, es lo que nos permite entender por qué a veces el mal tiene tanta fuerza destructiva. Es verdad que los autores bíblicos tenían un bagaje conceptual limitado para expresar algunas realidades y que en tiempos de Jesús se podía confundir, por ejemplo, una epilepsia con la posesión del demonio. Sin embargo, eso no debe llevarnos a simplificar tanto la realidad diciendo que todos los casos narrados en los evangelios eran enfermedades psíquicas y que en definitiva el demonio no existe o no actúa. El poder de Satán no es infinito. No es más que una criatura, poderosa por el hecho de ser espíritu puro, pero siempre criatura: no puede impedir la edificación del Reino de Dios. Aunque Satán actúe en el mundo por odio contra Dios y su Reino en Jesucristo, y aunque su acción cause graves daños -de naturaleza espiritual e indirectamente incluso de naturaleza física- en cada hombre y en la sociedad, esta acción es permitida por la divina providencia que con fuerza y dulzura dirige la historia del hombre y del mundo. El que Dios permita la actividad diabólica es un gran misterio, pero «nosotros sabemos que en todas las cosas interviene Dios para bien de los que le aman» (Rm 8,28) [Sentencia, §§ 3-6].

Fundada por el Creador y en posesión de sus propias leyes, la íntima comunidad conyugal de vida y amor se establece sobre la alianza de los cónyuges, es decir, sobre su consentimiento personal e irrevocable. Así, del acto humano por el cual los esposos se dan y se reciben mutuamente, nace, aun ante la sociedad, una institución confirmada por la ley divina. Este vínculo sagrado, en atención al bien tanto de los esposos y de la prole como de la sociedad, no depende de la decisión humana pues es el mismo Dios el autor del matrimonio y le ha dotado de bienes y fines varios (cf. Concilium Vaticanum II, Const. past. *Gaudium et spes*, en *Acta Apostolicae Sedis* 58 [1966], p. 1067, n. 48). El matrimonio lo produce el consentimiento de las partes legítimamente manifestado entre personas jurídicamente capaces, tal consentimiento es el acto humano de la voluntad, por el cual el varón y la mujer se entregan y aceptan mutuamente en alianza irrevocable

para constituir el matrimonio (cf. can. 1057 C.I.C.). De hecho, Santo Tomás de Aquino recuerda que: «De entre las acciones que el hombre realiza, solo pueden considerarse propiamente humanas aquellas que son propias del hombre en cuanto que es hombre. El hombre se diferencia de las criaturas irracionales en que es dueño de sus actos. Por eso, solo aquellas acciones de las que el hombre es dueño pueden llamarse propiamente humanas. El hombre es dueño de sus actos mediante la razón y la voluntad; así, se define el libre albedrío como facultad de la voluntad y de la razón. Llamamos, por tanto, acciones propiamente humanas a las que proceden de una voluntad deliberada. Las demás acciones que se atribuyen al hombre pueden llamarse del hombre, pero no propiamente humanas, pues no pertenecen al hombre en cuanto que es hombre. Ahora bien, todas las acciones que proceden de una potencia son causadas por ella en razón de su objeto. Pero el objeto de la voluntad es el bien y el fin. Luego es necesario que todas las acciones humanas sean por un fin» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentencia, § 7].

El can. 1095 del Código de Derecho Canónico establece que «Son incapaces de contraer matrimonio: 1) quienes carecen de suficiente uso de razón; 2) quienes tienen un grave defecto de discreción de juicio acerca de los derechos y deberes esenciales del matrimonio que mutuamente se han de dar y aceptar; 3) quienes no pueden asumir las obligaciones esenciales del matrimonio por causas de naturaleza psíquica». La Iglesia y, por consiguiente, la ley canónica, reconocen a todos la facultad de contraer matrimonio (cf. can. 1058); pero esa facultad sólo la pueden ejercer «qui iure non prohibentur». Éstos son, en primer lugar, los que tienen suficiente madurez psíquica, en su doble componente: intelectual y volitivo, además de la capacidad de cumplir las obligaciones esenciales de la institución matrimonial (cf. can. 1095) [Sentencia, §§ 8-9].

En este sentido, la capacidad debe ser puesta en relación con lo que es esencialmente el matrimonio, es decir, «la comunión íntima de

vida y amor conyugal, fundada por el Creador y estructurada con leyes propias» (Concilio Ecuménico Vaticano II, Const. past. *Gaudium et spes*, n. 48), y, de modo particular, con las obligaciones esenciales inherentes a ella, que deben asumir los esposos (cf. can. 1095, n. 3). Esta capacidad no se mide en relación a un determinado grado de realización existencial o efectiva de la unión conyugal mediante el cumplimiento de las obligaciones esenciales, sino en relación al querer eficaz de cada uno de los contrayentes, que hace posible y operante esa realización ya desde el momento del pacto nupcial. Así pues, el discurso sobre la capacidad o incapacidad tiene sentido en la medida en que atañe al acto mismo de contraer matrimonio, ya que el vínculo creado por la voluntad de los esposos constituye la realidad jurídica de la *una caro* bíblica, cuya subsistencia válida no depende del comportamiento sucesivo de los cónyuges a lo largo de la vida matrimonial [Sentencia, §§ 10-12].

Para que el juez alcance la certeza moral prevista en el can. 1608, § 1, C.I.C., entre los diversos medios de prueba a su disposición, un papel fundamental corresponde al experto, cuya tarea es detectar la condición psíquica de las partes en el momento del matrimonio, a través de las teorías y metodologías típicas de su propia disciplina, y de acuerdo con una sana antropología cristiana [Sentencia, § 13].

English

The Christian life is a constant battle. We need strength and courage to withstand the temptations of the devil. We are not dealing merely with a battle against the world and a worldly mentality that would deceive us and leave us dull and mediocre, lacking in enthusiasm and joy. Nor can this battle be reduced to the struggle against our human weaknesses and proclivities (be they laziness, lust, envy, jealousy or any others). It is also a constant struggle against the devil, the prince of evil. We will not admit the existence of the devil if we insist on regarding life by empirical standards alone, without a

supernatural understanding. It is precisely the conviction that this malign power is present in our midst that enables us to understand how evil can at times have so much destructive force. True enough, the biblical authors had limited conceptual resources for expressing certain realities, and in Jesus' time epilepsy, for example, could easily be confused with demonic possession. Yet this should not lead us to an oversimplification that would conclude that all the cases related in the Gospel had to do with psychological disorders and hence that the devil does not exist or is not at work. The power of Satan is not infinite. He is only a creature, powerful from the fact that he is pure spirit, but still a creature. He cannot prevent the building up of God's reign. Although Satan may act in the world out of hatred for God and his kingdom in Christ Jesus, and although his action may cause grave injuries -of a spiritual nature and, indirectly, even of a physical nature- to each man and to society, the action is permitted by divine providence which with strength and gentleness guides human and cosmic history. It is a great mystery that providence should permit diabolical activity, but «we know that in everything God works for good with those who love him» (Rom 8:28) [Sentence, §§ 3-6].

The intimate partnership of married life and love has been established by the Creator and qualified by His laws, and is rooted in the conjugal covenant of irrevocable personal consent. Hence by that human act whereby spouses mutually bestow and accept each other a relationship arises which by divine will and in the eyes of society too is a lasting one. For the good of the spouses and their off-springs as well as of society, the existence of the sacred bond no longer depends on human decisions alone. For, God Himself is the author of matrimony, endowed as it is with various benefits and purposes (cf. Concilium Vaticanum II, Const. past. *Gaudium et spes*, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 [1966], p. 1067, n. 48). A marriage is brought into being by the lawfully manifested consent of persons who are legally capable. This consent is an human act of will by which a man and a woman by an irrevocable covenant mutually give and accept one another for the

purpose of establishing a marriage (cf. can. 1057 C.I.C.). In fact, St. Thomas Aquinas recalls that: «Of actions done by man those alone are properly called “human”, which are proper to man as man. Now man differs from irrational animals in this, that he is master of his actions. Wherefore those actions alone are properly called human, of which man is master. Now man is master of his actions through his reason and will; whence, too, the free-will is defined as “the faculty and will of reason”. Therefore those actions are properly called human which proceed from a deliberate will. And if any other actions are found in man, they can be called actions “of a man”, but not properly “human” actions, since they are not proper to man as man. Now it is clear that whatever actions proceed from a power, are caused by that power in accordance with the nature of its object. But the object of the will is the end and the good. Therefore all human actions must be for an end» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., St. Thomas Aquinas, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentence, § 7].

The can. 1095 of the Code of Canon Law provides that «The following are incapable of contracting marriage: 1° those who lack sufficient use of reason; 2° those who suffer from a grave lack of discretionary judgement concerning the essential matrimonial rights and obligations to be mutually given and accepted; 3° those who, because of causes of a psychological nature, are unable to assume the essential obligations of marriage». The Church and, consequently, canon law recognize that every person has the possibility of contracting marriage (cf. can. 1058); a possibility, however, which can only be exercised by those «who are not prohibited by law». The latter are, first of all, those who have sufficient psychological maturity of intellect and will, along with the ability to fulfil the essential obligations of the marital institution (cf. can. 1095) [Sentence, §§ 8-9].

Capacity in this sense has to be seen in relation to the essential nature of marriage as «the intimate partnership of life and conjugal love established by the Creator and endowed with its proper laws» (Second Vatican Ecumenical Council, Pastoral Constitution *Gaudium*

et Spes, n. 48), and, in a particular way, with essential and inherent obligations which are to be accepted by the couple (Can. 1095, n. 3). This capacity is not calculated in relation to a specific degree of existential or actual realization of the conjugal union by the fulfillment of the essential obligations, but rather in relation to the effective will of each of the partners, which makes that realization possible and operative from the very moment that the marriage is contracted. To speak of capacity or incapacity, therefore, is meaningful to the extent that it concerns the act itself of contracting marriage, since the bond which comes into being by the will of the spouses constitutes the juridical reality of the biblical *una caro*, and its continuing validity does not depend on the subsequent conduct of the couple during their married life [Sentence, §§ 10-12].

So that the judge can reach the moral certainty provided for in can. 1608, § 1, C.I.C., among the various means of proof at his disposal, a fundamental role pertains to the expert, whose task is to detect the psychic condition of the parties at the time of the marriage, through the theories and methodologies typical of their own discipline, and according to a healthy Christian anthropology [Sentence, § 13].